

DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Núcleo de Estudos Especiais
(Termo de Referência)

INTRODUÇÃO

Este projeto centra-se na problemática do desenvolvimento das várias regiões do Estado do Paraná, procurando identificar as possibilidades de se implantar uma cultura e um projeto político que enfatizem o regional e o local como meio de crescimento econômico.

Um sistema de fomento como função pública e em modalidades operacionais descentralizadas, inspiradas naquelas idealizadas no Manual de Operações do Banco do Emprego, está implícito na idéia de desenvolvimento adotada como ponto de partida deste projeto. Isso decorre, de um lado, da necessidade de se modelar um sistema de financiamento para assegurar o poder de compra de ativos por parte dos empreendedores regionais, de outro, de natureza mais institucional, da inserção do IPARDES no esforço que o governo vem desenvolvendo com o objetivo de estimular o surgimento de uma rede de agências regionais articuladas numa agência estadual de fomento, esforço que vinha tomando forma no programa denominado Banco do Emprego.¹ Essa agência de fomento foi criada de conformidade com a Medida Provisória 1514 e regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, em reunião de 19/12/96. De acordo com a MP, as agências criadas receberão recursos do orçamento da União, estados e municípios, podendo captar linhas de crédito de longo prazo de instituições de desenvolvimento oficiais nacionais e estrangeiras, sendo-lhes vedada a captação de depósitos. (FORTUNA, 1999, p.28)

O trabalho aqui proposto assume a crítica, realizada por vários autores, às políticas de desenvolvimento regional implantadas na América Latina, que, salvo raras exceções, foram verdadeiros fracassos. Boisier (1992) afirma que o processo de regionalização que se tentou implantar na América Latina, a partir dos anos 60, além de prematuro, não conseguiu articular num mesmo corpo os problemas conceituais e de definições com aqueles de natureza política e de ordem prática. Em outra ocasião, esse autor já havia formulado a hipótese de que a escassa efetividade das políticas de

¹ A inclusão das universidades públicas estaduais no projeto deve-se também, igualmente, a uma dimensão institucional, uma vez que elas compõem o modelo de parcerias idealizado no Manual de Operações do Banco do Emprego.

desenvolvimento regional e os poucos resultados alcançados decorrem da incapacidade de se formular um quadro teórico coerente sobre o fenômeno do desenvolvimento regional.

Essas avaliações pouco positivas não devem, porém, colocar em questão a importância dos problemas relativos ao território, pois a crise do “pensamento regionalista” não atingiu, segundo Echevarria (1990), o território como objeto das políticas públicas. Quanto ao aspecto teórico, é necessário redefinir o “regional”, uma vez que sua crise não é apenas produto da conjuntura atual, mas suas limitações já vinham se manifestando no auge do período de expansão anterior, fato que levou o planejamento regional a um plano secundário.

Até os anos 70, quando ainda perdurava o crescimento do pós-guerra, o planejamento regional respondia a alguns problemas centrais que o desenvolvimento latino-americano enfrentava no período, dentre os quais sua natureza concentracionista. O planejamento regional adotou, então, um enfoque em que as metas de equidade social foram transplantadas para a política territorial, assumindo as premissas da distribuição futura dos benefícios que estavam sendo gerados e da manutenção daquele crescimento no longo prazo.

A incompatibilidade entre as políticas regionais propostas e as políticas macroeconômicas que, uma vez definidas, limitavam os padrões espaciais de variação tecnológica e do regime de trabalho, patenteava, para Echevarria, a debilidade do marco teórico utilizado pelo planejamento regional, pois não incluiu as relações explícitas entre as transformações estruturais e composição interna dos setores e a formação e evolução dos padrões de localização espacial. Isso dificultava analisar a compatibilidade entre as estratégias recomendadas e o marco geral das políticas nacionais.(ECHEVARRIA, p. 47)

1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral consiste, em primeiro lugar, no desenvolvimento de um quadro conceitual do fenômeno regional, que incorpore as contribuições tanto das pesquisas mais recentes desenvolvidas no âmbito da economia, particularmente aquelas que enfatizaram as implicações espaciais da globalização e do neo-liberalismo, como das pesquisas contemporâneas desenvolvidas pela sociologia e geografia, configurando, assim, um trabalho de natureza multi e interdisciplinar, para o que deve concorrer a parceria entre o

IPARDES e as Instituições de Ensino Superior (IES) do Paraná.² Com isso, pretende-se construir um corpo conceitual³ consistente que seja um instrumento apropriado para investigações específicas particulares e, ao mesmo tempo, um meio de propor um conjunto articulado de ações nas várias “regiões” do Estado.

Faz parte, ainda, dos objetivos gerais incorporar os atores representativos e atuantes nas regiões, destacadamente os que se encontram envolvidos na organização das agências, dos fóruns ou movimentos locais voltados para o desenvolvimento local ou regional. Essa incorporação deve ser objeto de uma metodologia específica a ser desenvolvida juntamente com as IES, levando em conta os aspectos essenciais já estabelecidos no Manual de Operações do Banco do Emprego, especialmente aqueles relativos à articulação das agências regionais com a agência estadual de fomento.

2 OBJETIVOS PARCIAIS

O trabalho proposto possui seis objetivos particulares ou parciais, que são condições prévias e necessárias à construção da metodologia, constante no objetivo geral.

1. Analisar a crise *estagflacionária* de meados da década de 70 e seu prolongamento na década seguinte, que pôs fim a um longo período de 30 anos de expansão ininterrupta da economia, a posterior liberalização internacional do comércio e dos fluxos mundiais de investimentos e a emergência da globalização com predomínio financeiro e suas conseqüências para o país. Com essa finalidade, serão tratados os seguintes temas:

- a) a economia brasileira na crise de 70-80 e a ascensão do neo-liberalismo;
- b) a globalização financeira;
- c) a crise do Estado.

2) Analisar os processos relativos à economia e sociedade paranaenses, investigando seu desempenho recente e os desdobramentos mais prováveis, principalmente tendo em conta os investimentos que vêm sendo realizados. Para isso, serão incorporadas as avaliações que vêm sendo desenvolvidas no IPARDES e os

² Espera-se que as universidades públicas estaduais desempenhem papel de vital importância na construção do marco conceitual do projeto, além dos trabalhos de pesquisa previstos para as regiões.

³ O desenvolvimento desse marco conceitual constitui parte essencial do projeto, pois, como foi observado antes, os programas regionais de desenvolvimento fracassaram em grande medida devido à ausência de uma teoria consistente que os orientasse.

resultados de outros trabalhos em andamento sobre temas bastantes correlatos, como o Impacto da Indústria Automotiva e Padrões de Especialização da Indústria Paranaense.⁴

3) Desenvolver um modelo interpretativo do comportamento recente das dinâmicas regionais diferenciadas, enfocando os aspectos sociais, econômicos, políticos e de infra-estrutura (econômica, social e física), verificando como uma série de variáveis selecionadas para essas análises podem ser integradas na confecção dos planos globais para as regiões.

4) Construir cenários e prognósticos para as economias regionais a partir de opiniões e depoimentos de administradores públicos municipais e estaduais lotados nas regiões e, ainda, com aquelas personalidades destacadas na vida econômica regional.

5) Construir um modelo institucional de entidade regional voltada para o desenvolvimento, congregando entidades empresarias, administrações municipais universidades estaduais e outras entidades de pesquisa, recorrendo, para isso, à análise de experiências bem-sucedidas nacionais e estaduais e à experiência já adquirida pelos empreendimentos dessa natureza já existentes no Estado, que são os movimentos e pactos que fazem parte constitutiva do programa Banco do Emprego.

6) Construir um sistema de indicadores para medir o desempenho social e econômico no âmbito das regiões.⁵

3 JUSTIFICATIVA

Esta proposta está de acordo com o objetivo estatutário do IPARDES, que é o de assessorar o governo do Estado do Paraná nos assuntos relativos ao planejamento do desenvolvimento econômico e social. Dessa ótica, esse trabalho incorpora-se às atividades relacionadas ao projeto Banco do Emprego, que o IPARDES já vinha desempenhando, sob a orientação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Os objetivos que se pretende atingir com a realização desse trabalho atendem, também, à necessidade de incorporar ao acervo de conhecimento do IPARDES uma nova abordagem do desenvolvimento regional, que tenha como referência as modificações

⁴ Um programa de pesquisa que vem sendo desenvolvido no IPARDES sobre os padrões de especialização industrial inclui entre seus objetivos o levantamento sistemático dos investimentos industriais realizados no Estado a partir de 1990.

⁵ Com base num marco conceitual comum, esse item pode ser desenvolvido separadamente pelas universidades estaduais, realizando-se seminários periódicos para consistência de metodologia e teoria.

estruturais que vêm ocorrendo na economia e sociedade, em decorrência do que vem sendo denominado globalização e crise do modelo de crescimento do pós-guerra, que durante 30 anos funcionou sob os auspícios do acordo de Bretton Woods.

Finalmente, esse trabalho terá, como resultado, instrumentos apropriados para orientar a formulação de programas regionais de fomento e, ao mesmo tempo, oferecerá meios para monitorar os resultados das intervenções, em favor do desenvolvimento das várias regiões do Estado do Paraná.

4 REGIÃO, TERRITÓRIO E REDES.

O território deve ser tratado de novos pontos de vista, dentre os quais a análise que toma como referência a existência de atores e de sujeitos. Pode-se começar com a idéia, de Boisier, de que a região passa a ser sujeito de seu próprio desenvolvimento, deixando para segundo plano os limites e atributos geográficos e de tamanhos que dominavam as teorias e práticas relacionadas com a regionalização.

O território organizado, que pode ser a região, província ou comuna, deixou de ser o simples produto das relações sociais de produção para se transformar, nos tempos de hoje, em “agente” ou “sujeito” de seu próprio desenvolvimento, o qual passa a ser mais endógeno e equitativo, sem ser autárquico uma vez que plenamente inserido no mundo internacionalizado(BOISIER, p. 136)

Nesses termos, a região deixa de ser definida prioritariamente pelos seus limites, tamanhos e outros atributos geográficos, para se converter numa estrutura complexa e interativa e de múltiplos limites. Superada a noção de contigüidade, uma região conforma alianças táticas para atingir objetivos determinados e por prazos determinados com outras regiões, a fim de se posicionar melhor no contexto internacional. Por isso, Boisier afirma que a partir do núcleo original, podem-se configurar múltiplas espirais associativas, que conformam novas instâncias regionais, sem que a unidade básica perca sua própria natureza(BOISIER,p. 174)

Deve-se considerar, ainda, que a formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, levando ao sentimento da territorialidade, responsável pelo surgimento de uma consciência de confraternização entre seus habitantes. O termo territorialidade expressa, portanto, tanto o que se encontra no território e está sujeito à sua gestão, como o processo subjetivo de conscientização da

população de fazer parte de um território, de integrar o território.(ANDRADE,1994, p. 214)

O controle significa tanto o controle de fato, efetivo, algumas vezes legítimo, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, quanto a dimensão afetiva derivada das práticas espacializadas por parte de grupos que se distinguem em função de diversos fatores, como renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. A coletividade que habita o território constrói representações simbólicas que sustentam subjetivamente essa apropriação. Na primeira acepção, o território vincula-se à geografia política e geopolítica e, na segunda, vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. (CORREA, 1994, p. 251)

Na definição do meio regional inovador, que emerge da *globalização econômica*, o papel central pertence aos atores, pois ele se compõe de todos os atores que têm uma representação e uma concepção convergente daquilo que a organização regional traz quando integra as capacidades dos sistemas locais, valorizando a maior criatividade sócio-econômica daí resultante. O meio inovador regional, portanto, é o conjunto das habilidades coletivas oriundas das práticas acumuladas nas redes e “sua mobilização nos procedimentos mais ou menos informais que fazem avançar as problemáticas econômicas propriamente regionais”, bem como suas soluções. Assim, o meio regional inovador se manifesta por meio da cultura que assim se constitui.(BENKO, 1994,p.63)

Numa publicação que procura adaptar ao cenário latino-americano aquilo que o autor considera um dos manuais de desenvolvimento econômico local mais interessante e completo elaborados dentro da experiência espanhola de construção do Estado das Autonomias, a importância da capacidade local tem valor estratégico; o pacto entre agentes locais, públicos e privados, para estimular a criação de uma institucionalidade territorial capaz de favorecer o fomento econômico e a capacidade inovadora local.(ALBURQUERQUE, 1997)

Dymski introduz a idéia de fronteira nas análises de Minsky, para definir uma economia de *boom*. Começa definindo o que ele chama “economia de alto crescimento”, que é aquela que cresce mais rápido do que as economias nas regiões ou países adjacentes, durante um período sustentado. Dessa forma, as economias de alto crescimento têm fronteiras. (DYMSKI, 1998, p. 91)

Uma economia de *boom*, por sua vez, é a economia de alto crescimento, na qual esse alto crescimento é imputável parcial ou integralmente aos significativos e sustentados fluxos de trabalho e riqueza.(DYMSKI, p. 92) Dymki define as fronteiras de forma muito ampla, não se referindo somente à imposição de barreiras impeditivas à livre entrada de cidadãos de outra nação, nem também à divisão ambígua entre urbano e rural, pois toda área espacial delimitada e contígua pode ser tratada como uma economia com fronteiras.

(...) um país é uma economia com fronteiras, assim como uma cidade dentro do país; um bairro dentro de uma cidade; uma rua dentro de um bairro; e até mesmo uma casa em uma rua. Toda economia com fronteiras pode ser entendida como dotada de um balanço de transações correntes, que pode ser instável em função da migração transfronteiriça de fatores de produção e riqueza. E mesmo quando riqueza e o trabalho não fluem através de fronteira de uma economia (como as fronteiras nacionais), esses fatores de fato fluem através de limites intra-nacionais....(DYMSKI, 1998, p.92)

Assim, o problema da fronteira que existe na problemática regional, ainda que não tenha papel preponderante como no passado recente, restringe-se à existência de um “balanço”.

Quando se fala em regionalização, o primeiro problema que se coloca é o fato de que recebem a denominação de regiões, territórios o que, na realidade, são precisamente não-regiões. Assim, na maioria das vezes, principalmente na América Latina, o desafio é transformar territórios semi-estruturados e semi-organizados mediante atos de voluntarismo político. Esse voluntarismo, ainda que superficial, é necessário para transformar essas não-regiões em regiões com existência real, tanto do ponto de vista sociológico quanto politicológico. Configura-se assim, o processo de construção regional, que se apóia na colocação em prática de dois projetos: um projeto político regional, produtor da coesão e da mobilização; e um projeto cultural regional, produtor da percepção coletiva de identidade.

O projeto político regional supõe a definição de um futuro regional, mediante a seleção de um cenário possível dentro da gama de cenários regionais desejáveis, o que pressupõe especificar a ideologia do projeto, sua condução política, seu apoio social e seu embasamento técnico. O projeto cultural regional, por sua vez, deve ser o resultado de uma inteligente combinação da apropriação regional das culturas locais vernaculares preexistentes e da apropriação regional da cultura universal. (Boisier, p. 54)

Um projeto político só se estrutura a partir de uma imagem futura da sociedade a que se refere, pois é essa imagem que vai assegurar a sua condução social, porque mostra aos atores e agentes para onde se quer ir. Certamente, trata-se de uma imagem que representa uma construção voluntária do futuro, sem, por isso, se converter em uma utopia, à medida em que tal imagem representa o campo do possível dentro do desejável.

A construção voluntária do futuro no campo do possível, nos termos definidos anteriormente, deve ser calcada na consciência de que o desenvolvimento a longo prazo de uma região depende da interação de três processos, dos quais apenas um é endógeno à região e, portanto, sujeito a um sistema regional de decisão e direção. O primeiro desses processos, que em interação com os demais determina o desenvolvimento a longo prazo de uma região, depende da participação relativa dessa região nos usos dos recursos nacionais, isto é, tem a ver com o processo de dotação inter-regional de recursos. Este, por sinal, tem sido o tema central do conhecimento e da prática dominante da planificação regional. Ainda que não exclusivamente, esse processo têm a ver com decisões que se encontram no âmbito controlado pelo Estado ou do governo nacional, mais precisamente. Por isso é essencialmente exógeno à região, apresentando características predominantemente centralistas.

O segundo desses processos depende do sinal e magnitude do impacto que o quadro global da política econômica tem sobre a região, que pode ter a mesma direção que a dotação de recursos, coadjuvando assim o crescimento regional, ou bem pode ter uma direção oposta, freando o crescimento regional. Da mesma forma que no caso anterior, esse processo se associa a decisões iniciais controladas pelo Estado, sendo desse ponto de vista uma força exógena à região.

Finalmente, o passo decisivo para uma eventual situação de desenvolvimento depende da capacidade de organização social da região, isto é, da capacidade para transformar os impulsos de crescimento para estados mais complexos de desenvolvimento. Esse processo, completamente endógeno à região, associa-se a questões tais como o aumento da autonomia de decisão da região, o aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente econômico, a permanente e crescente inclusão social e a preservação do meio ambiente. (Boisier, , p. 49)

5 FOMENTO E FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Um fator essencial para o desenvolvimento regional é a existência de um sistema apropriado de crédito para investimentos, o que depende da existência de uma estrutura de fomento, uma vez que este se caracteriza pela prática de taxas de juro inferiores àquelas praticadas no mercado e a operações com prazos adequados. Devido a essas taxas de juro inferiores e aos prazos relativamente longos com que opera, o fomento apresenta-se, fundamentalmente, como uma atribuição do Estado. A idéia de um sistema de fomento no âmbito do poder público encontra respaldo na prática de inúmeros países, uma vez que a maioria dos bancos de fomento em todo o mundo está na esfera estatal. (DUARTE, 1998, p.16)

Pode-se contrapor o fomento às práticas concorrenciais adotadas pelos bancos, que são agentes atuando com expectativas sobre um futuro incerto e que, por isso mesmo, procuram conformar seu porta-fólio conciliando expectativas de lucro com sua escala de preferência pela liquidez. Da escolha entre lucratividade e preferência pela liquidez depende parcialmente a criação de crédito e depósitos bancários, isto é, a oferta de moeda na economia. Dessa ótica, os bancos são considerados agentes ativos que administram os dois lados de seus balanços, adotando procedimentos capazes de influenciar a preferência dos depositantes e, ao mesmo tempo, criando crédito independente da existência de depósitos prévios, através da criação da moeda bancária. (PAULA, 1999)

Como agente capaz de criar crédito, os bancos têm papel importante nas condições de financiamento de uma economia capitalista, pois essas instituições financeiras estabelecem o volume e as condições de oferta de crédito, e disso depende a criação de poder de compra para adquirir ativos de capital.

A lucratividade dos bancos é determinada pelos ganhos líquidos de seus ativos, que a grosso modo é igual à diferença entre o rendimento de seus ativos e os custos dos depósitos. Por isso, as instituições bancárias procuram sustentar o *spread* entre as taxas de aplicação e de captação de recursos, aplicando taxas mais elevadas do aquelas pagas em suas operações passivas. (PAULA, 1998)

Essa lucratividade é definida na concorrência bancária, na qual aparece o caráter simultaneamente dinâmico e desestabilizador dos bancos, pois são agentes econômicos submetidos à lógica da valorização em um mundo de incerteza e, ao mesmo tempo, ocupam um lugar central no processo de criação monetária da moeda de crédito, o

principal meio de liquidação dos contratos econômicos. Os bancos são criadores de moeda e intermediários financeiros, combinando, então, a gestão dos meios de pagamento com a gestão do capital de empréstimo, ou do capital dinheiro produtor de juros. As características institucionais e legais da atividade bancária que prevalece no país interferem na concorrência bancária, mas não eliminam a possibilidade de ela assumir formas destruidoras que colocam sob ameaça o conjunto do sistema de crédito.(FREITAS, 1997)

Por isso, o fomento deve ser pensado à margem da oferta de crédito nas condições em que se dá a concorrência bancária e, retomando a idéia de o sistema de fomento estar no âmbito do poder público, ainda que isso não ocorra, é necessário ter em mente que as intensas transformações da atividade financeira nos países desenvolvidos não desmantelaram essa estrutura de intermediação financeira, representada por instituições especiais de crédito, desconectadas, em geral, dos mercados financeiros livres, no que se refere às taxas ativas praticadas.

Nesses países, as instituições especializadas no financiamento de longo prazo dos setores prioritários são, em sua maioria, entidades públicas ou com patrimônio governamental. Em geral, elas contam com uma base de *funding* adequada ao perfil de suas aplicações, financiando suas operações ativas por intermédio da emissão de *securities* de médio e longo prazos. Adicionalmente, essas instituições de fomento têm presença ativa nos mercados de capitais doméstico e internacional, nos quais, em virtude dos seus excelentes *ratings*, contam com ampla base de investidores e obtêm financiamento em condições favoráveis. (FERREIRA, 1990, p. 22)

O fomento não pode ser confundido com a atividade comercial típica de uma instituição financeira. Essa diferença não está na postura empresarial, que é essencial às instituições de fomento, pois o lucro não deve ser estranho a elas, dado que o bom negócio de fomento é aquele que é rentável e dá retorno ao capital investido. A diferença é de cultura, pois o fomento só tem sentido num contexto de planejamento, o que pede horizontes de longo prazo.(FERREIRA, 1995, p. 23) Dessa forma, o fomento adquire seu verdadeiro sentido no âmbito do projeto político regional. (FERREIRA, 1995, p. 23)

6. PROCEDIMENTOS

Na primeira fase do projeto, será feita uma revisão crítica dos trabalhos desenvolvidos pelo IPARDES, investigando-se dois aspectos fundamentais:

a) as interpretações dos diversos aspectos e dimensões da economia e sociedade paranaenses contidos nesses trabalhos. O trabalho de investigação vai organizar e sistematizar os diagnósticos realizados e, ao mesmo tempo, localizar as previsões aí contidas, quer sejam elas explícitas ou implícitas, o que precisa de um esforço adicional de interpretação e processos apropriados de análise;

b) confronto dos resultados dessas interpretações, principalmente das previsões, com as interpretações mais recentes da evolução da economia e sociedade brasileiras à luz de novos meios de análise, e tendo em vista os desdobramentos que têm como base a globalização e seus impactos nas “economias periféricas”.

Ainda nessa primeira fase, será feita uma revisão dos estudos regionais, comparando os principais enfoques da problemática regional brasileira, para identificar as possibilidades de transposição dos conceitos e métodos para uma região específica, o Estado do Paraná. Esses enfoques serão avaliados sob dois pontos de vistas distintos. Primeiramente, serão analisados tendo em conta o campo problemático em que se inserem e a evolução desse campo, ou seja, em que contexto específico das discussões políticas e teóricas cada um desses enfoques foi construído e como elas evoluíram tendo em vista a transformação desse contexto problemático.

Em segundo lugar, esses enfoques serão analisados tendo em vista o quadro teórico ou de referência em que se inscrevem e a metodologia que operam para que essas possam ser compatíveis. Para esses efeitos, serão considerados os grandes modelos teóricos, com suas derivações para a problemática regional ou territorial ou, ainda, para usar um termo desagradável, espacial.

A revisão crítica dos trabalhos do IPARDES poderá ser feita internamente; a revisão dos estudos regionais deverá ser feita pelas IES, devendo cada uma dessas atividades resultar em produtos sob a forma de textos, tabelas e gráficos, denominados aqui Produto 1 e Produto 2, respectivamente.

Na seqüência, serão desenvolvidas as três fases seguintes, representadas pela construção de um modelo interpretativo que de conta da ascensão do neo-liberalismo, da crise da economia brasileira e das alternativas da retomada de um crescimento sustentado. Na fase seguinte deverá ser feita a derivação do modelo interpretativo para as implicações regionais (Estado e regiões) e iniciada a construção de um modelo interpretativo das dinâmicas regionais (interestadual), sublinhando as variáveis mais

importantes e as conexões mais relevantes existentes entre elas para a confecção de planos.

O resultado dos trabalhos dessas duas fases deverá ser um documento composto por texto, tabelas e gráficos, com as primeiras sugestões de desenvolvimento regional, denominado Produto 3.

A terceira fase consiste em conceber os diferentes questionários que serão utilizados na consulta junto a agentes e atores relevantes nas regiões, do setor público e privado. Essa fase deverá ser antecedida de seminários regionais, coordenados pelas IES, nos quais serão debatidos os resultados alcançados nas duas fases anteriores. A terceira fase inclui a análise do questionário e sua discussão posterior com as pessoas pesquisadas em *workshops* coordenados pelas universidades estaduais. Os resultados dessas discussões deverão ser organizados num documento final contendo os principais problemas, os maiores empecilhos ao desenvolvimento regional, sugestões e medidas a serem tomadas para o enfrentamento dos problemas, a identificação dos agentes mais relevantes para um programa de desenvolvimento regional.

Esses agentes serão reunidos em *workshops* sob coordenação das IES e com a participação do IPARDES, para a construção dos cenários regionais, da ótica do programa político e programa cultural sugerido por Boisier. Tendo definido o programa político, poder-se-á derivar planos de desenvolvimento e montagem do aparato institucional para o desenvolvimento.

Cada uma destas fases será antecedida de workshops e seminários entre as IES e o IPARDES.

7 PRODUTOS

Cada uma das fases dará origem a um produto, havendo, então, uma sucessão de vários produtos, que incluem a proposta metodológica, as linhas gerais do modelo de desenvolvimento, os documentos referentes aos programas e aparatos institucionais.

8 PRAZO

O prazo para a execução dos trabalhos previstos na proposta é de 1 (um) ano, a contar da definição das equipes.

BIBLIOGRAFIA

- ALBURQUERQUE, Francisco.(1997). Metodologia para el desarrollo economico local. Santiago: CEPA : ILPES, 49 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de (1994). “Territorialidades, desterritorialidades: os limites do poder nacional e do poder local, in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território: globalizado e fragmentado. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994. 332 p, pp. 213-220
- BENKO, Georges.(1994). “Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX”, in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de: SILVEIRA, Maria Laura. (Ed.). Território: globalizado e fragmentado. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994. 332 p., pp. 51-71
- BOISIER, Sergio. (1992). El Dificil Arte de Hacer Region: las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. (conceptos, problemas y metodos). Cusco: CBC, 214 p.
- CORREA, Roberto Lobato. (1994). “O território da consciência e a consciência do território”. in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de: SILVEIRA, Maria Laura. (Ed.). Território: globalizado e fragmentado. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994. 332 p, pp. 251-260
- DUARTE, Marcos Raymundo Pessoa. “Crédito de fomento/ uma alavanca da livre iniciativa”, in Rumos do Desenvolvimento, v. 20, n. 124,1998, Rio de Janeiro: ABDE, p.16-18.
- DYMSKI, Gary A. (1998). “Economia de bolha” e crise financeira no leste asiático e na Califórnia: uma perspectiva espacializada de Minsky”, in Economia e Sociedade., n.11, dez/1998. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Instituto de Economia (IE), p. 73-136.
- ECHEVARRIA, Francisco Uribe.(1990) “Desarrollo regional en los años noventa: tendencias y perspectivas en Latinoamérica, in ALBURQUERQUE LLORENS, Francisco; MATTOS, Carlos A.; JORDAN FUCHS, Ricardo (Ed.) Revolución tecnológica y reestructuración productiva: impactos y desafíos territoriales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 531 p., pp. 25-54
- FERREIRA, Carlos Kawall Leal. (1995). “Financiamento & Desenvolvimento/ O fomento tem cultura própria”, in Rumos do Desenvolvimento, v. 19, n. 111, Rio de Janeiro: ABDE, 1995, pp. 22/27 (entrevista)
- FERREIRA, Carlos Kawall Leal; FREITAS, Maria Cristina Penido de.(1990) Mercado Internacional de crédito e inovações financeiras. São Paulo: FUNDAP, 64p.
- FORTUNA, Eduardo (1999). Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 11a. ed.
- FREITAS, Maria Cristina Penido de. (1997). “A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira”, in in Economia e Sociedade., n.8, jun/1997. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Instituto de Economia (IE).
- PAULA, Luiz Fernando R. de. (1998). “Comportamento dos bancos, posturas financeiras e oferta de crédito: Keynes e Minsky”, in Análise Econômica, v. 16, n. 29, mar/1998, Porto Alegre: UFRS
- PAULA, Luiz Fernando R. de. (1999). “Dinâmica da firma bancária”, in Revista Brasileira de Economia, v. 53, n. 3, jul-set/1999, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp.